

Revista do Tribunal Regional Federal 1ª Região

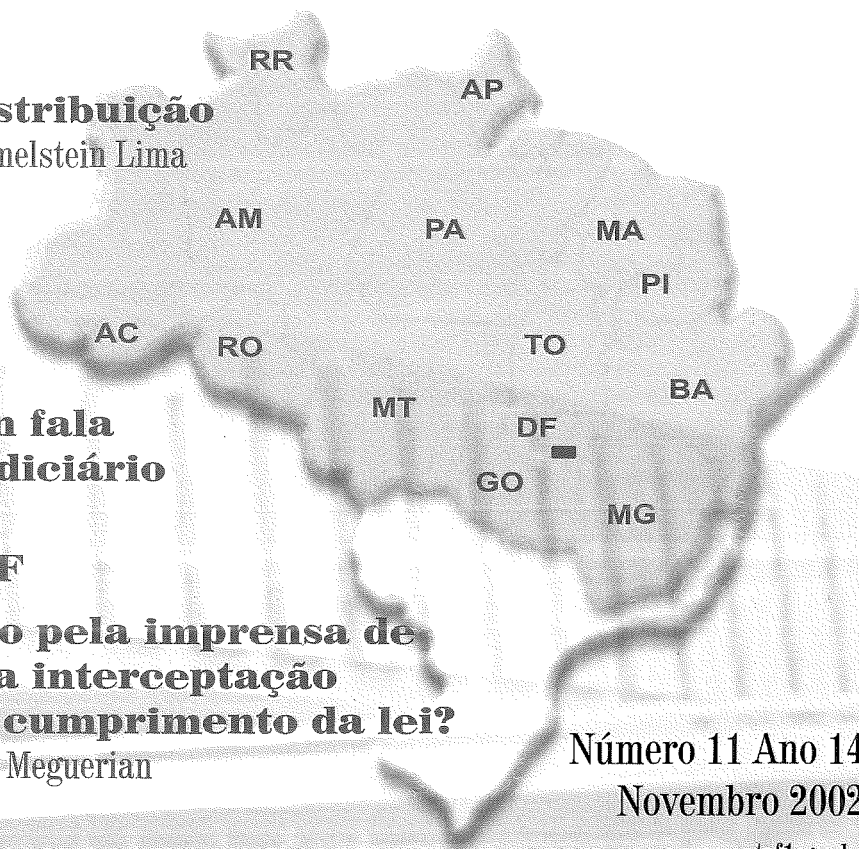
**Timor Leste
e o Sistema Judiciário**
Juiz Federal Marcelo Dolzany da Costa

**A Racionalidade da Decisão
Judicial na Teoria dos Princípios**
Juiz Federal David Wilson de Abreu Pardo

**Desrespeitos à Regra
Processual da Livre Distribuição**
Juiz Federal Substituto George Marmelstein Lima

Entrevista
**Ministra Eliana Calmon fala
sobre a Reforma do Judiciário**

Resolução 5000 TRE/DF
**Proibição de divulgação pela imprensa de
informações obtidas via interceptação
telefônica. Censura ou cumprimento da lei?**
Desembargador Federal Jirair Aram Meguerian



Número 11 Ano 14
Novembro 2002

A Reforma do Judiciário

* Eliana Calmon

Em entrevista exclusiva concedida à *Revista do TRF 1ª Região*, a Ministra Eliana Calmon, atuante no STJ desde 1999, discorre sobre a propalada Reforma do Poder Judiciário.

Na qualidade de profunda conhecedora da Justiça Brasileira (trata-se de ex-Procuradora da República, ex-Professora Universitária e Juíza de carreira), analisa a questão do controle do Judiciário e outras igualmente importantes.

Revista: A que controles submete-se o Judiciário hoje em dia?

Ministra Eliana Calmon: Há no Judiciário um controle interno e formal, exercido pelos seus órgãos de administração, os quais observam as normas administrativas e orçamentárias, com vista às prescrições do Tribunal de Contas da União e às regras contidas na Lei de Responsabilidade Fiscal dentre outras. Ao lado desse controle formal, atuando na esfera administrativa, há ainda um outro controle, exercido pelas Corregedorias nas esferas judicial e também administrativa.

Nos tribunais intermediários temos a figura do desembargador corregedor à frente de um órgão incumbido de apurar a atuação de cada magistrado, normatizar as rotinas procedimentais e disciplinar as formas de auferirem os juízes os seus direi-

tos, tais como férias, licenças, afastamentos para cursos e viagens de estudos. Recebem, ainda, as corregedorias, informes, informações ou queixas formais de advogados ou de jurisdicionados quanto à atuação dos magistrados. Cabe ao corregedor apurar e aplicar as sanções cabíveis, levando ao tribunal os fatos mais graves, quando a sanção fugir da sua alçada.

Externamente, submete-se o Judiciário a diversos tipos de controle. O primeiro deles, ligado às atividades eminentemente administrativo-financeiras, via Tribunal de Contas.

No âmbito da atividade judicante há a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e o Ministério Público (MP), órgãos que atuam como guardiões do Judiciário. A atuação desses órgãos é de tal importância que a Constituição Federal assim os elege, anunciando, nos seus arts. 127 e 133, serem eles indispensáveis à administração da justiça.

O controle dessas instituições começa pela seleção dos candidatos à magistratura, compondo os seus membros a comissão examinadora nos concursos públicos.

Participam, ainda, da distribuição dos feitos e podem também pedir correções extraordinárias, com vista ao exame dos serviços cartorários. Essa atuação censorial, entretanto, só ocorre na primeira instância, não atingindo os tribunais, pela ausência de lei específica.

* Ministra do Superior Tribunal de Justiça

A grande lacuna no controle da atividade judicante reside nos tribunais. Embora historicamente falho e pouco eficaz o trabalho das corregedorias, a ausência do órgão nos tribunais deixa o jurisdicionado inteiramente desprotegido, sem ter a quem reclamar quando das falhas na prestação jurisdicional pelos tribunais. A CF/88, em relação à Justiça Federal, inovou, criando um Conselho da Justiça Federal ao qual estão ligados todos os Tribunais Regionais Federais.

Entretanto, por uma série de circunstâncias institucionais o Conselho da Justiça Federal foi incapaz de exercer atividade censorial. E até mesmo a atividade administrativo-normativa ficou aquém das expectativas. Praticamente limitou-se o Conselho a normatizar algumas rotinas da área financeira e da área do ensino e pesquisa, via Centro de Estudos Judiciários, a semente, sem dúvida alguma, da futura Escola da Magistratura.

Revista: Qual a sua avaliação do projeto de lei que pretende implantar o Conselho Nacional de Justiça?

Ministra Eliana Calmon: Tenho sobre o assunto uma experiência negativa com a Justiça Federal, onde o Conselho da Justiça Federal, criado com o objetivo de exercer o controle administrativo e financeiro, acabou frustrando as expectativas, quanto à eficiência na sua atuação.

Temos uma cultura viciada e desenvolvida ao apanágio da independência do Poder Judiciário. A partir daí, tudo que se tenta padronizar, controlar e fiscalizar parece soar como interferência indevida. Aliás,

todas as vezes que o Judiciário julga uma demanda com implicações políticas e se coloca contrário ao interesse do parlamento, vem a ameaça de criação do controle externo do Judiciário, como uma espécie de punição.

Em verdade, como já tive oportunidade de dizer nesta entrevista, não se pode ter uma estrutura de poder em que a administração esteja atrelada à atividade preponderante, julgar. Hoje a execução administrativa do Judiciário está a cargo dos membros da corte que, como julgadores, muitas vezes palpitam, sem nada saber sobre o funcionamento da casa, principalmente porque a responsabilidade final fica com o presidente. O que venho assistindo há anos nos tribunais é a dificuldade que têm os presidentes em relação a seus pares, nessa administração compartilhada na decisão e concentrada na responsabilização.

A descentralização do órgão normatizador é salutar, mas é preciso criar os órgãos intermediários para o detalhamento da execução.

Enfim, é uma tentativa de mudar a sistemática e me parece válida.

Revista: O que motivou a idéia de se instituir esse controle?

Ministra Eliana Calmon: A falta absoluta de regras claras e precisas que possam ser usadas para imputar responsabilidade aos magistrados que descumpram o seu dever.

Atravessamos anos e anos querendo preservar a magistratura, a instituição, os ideais democráticos e nos esquecemos do que disse, com propriedade, Mauro Ca-

ppelletti: “o perigo para a magistratura está dentro e não fora dela”.

Atualmente é difícil apurar e sancionar magistrados que, no exercício da judicatura, faltam com o dever de diligência, imparcialidade e responsabilidade. O magistrado é um inimputável, enquanto o Estado, nas regras precisas da atual Constituição, pode ser responsabilizado civilmente pelos atos de seus agentes políticos, dentre eles o juiz, incluído na expressão, agente, de que fala o § 6º do seu art. 37.

No momento em que se pede transparência e eficiência no serviço público, não há espaço para a continuidade do velho jargão: “punir o juiz é colocá-lo a mercê da opinião pública e com isto atingiremos a instituição e a democracia”.

Como juíza de tribunal intermediário, tive oportunidade de receber denúncia formal contra magistrado de primeiro grau. Em princípio, tive dificuldade de encontrar o rito procedimental a seguir. As normas não são claras e quase não há precedentes. Vencida a primeira dificuldade, tinha como idéia prosseguir apurando, mesmo quando a minha convicção pessoal fosse no sentido de isentar inteiramente o magistrado. A partir daí surgia o segundo obstáculo: o entendimento institucional de, se não provados adredemente fatos graves a comprometer a lisura do julgador, não deveríamos colocá-lo no holocausto da opinião pública. E a maioria das denúncias acabavam por ser arquivadas, sem respostas adequadas à sociedade.

Não discuto o acerto ou erro da posição adotada pela magistratura na discussão

de sua política interna. Apenas entendo que essa cultura está em descompasso com a:

1) responsabilidade civil que tem o Estado pelo agir dos seus agentes;

2) transparência e a eficiência, pressupostos indispensáveis na condução da Administração Pública, nela incluída o Poder Judiciário;

3) necessidade de controle de todo e qualquer agente de poder, especialmente os não-sujeitos a renovação como os parlamentares, por gozarem da garantia da vitaliciedade;

4) visão moderna de que a prestação jurisdicional é um serviço monopolizado pelo Estado, que tem o dever de prestá-lo com isenção e eficiência;

5) idéia de que freios éticos e morais são instrumentos capazes de evitar os desvios do poder.

Não é mais possível manter um Poder sem controle eficiente e preciso, especialmente o dos tribunais, sejam intermediários, sejam superiores. Daí a idéia de se instituir um controle efetivo, sem o perigo de macular a independência objetiva e subjetiva dos julgadores.

Revista: Na sua visão, qual seria a melhor maneira de se estabelecer o controle externo do Poder Judiciário? A medida é realmente necessária?

Ministra Eliana Calmon: Administrar a justiça é um problema iniciado com a hierarquia e forma de acesso ao Judiciário, porque estas questões sempre estiveram atreladas com uma prática de troca de favores.

O ideal é que se partisse para uma estrutura de poder com regras simples, transparentes e critérios objetivos, seja no momento de ingresso na carreira – concurso realizado por órgão especializado, fora da administração do tribunal –, seja no momento da promoção realizada por critérios objetivos e reflexivos, escolhas que, embora indicadas pelo tribunal, passariam pelo crivo do Conselho Nacional da Magistratura.

Separada a composição dos tribunais da atividade eminentemente administrativa, já teríamos condições de melhor solucionar as gerências institucionais e partir para os projetos plurianuais. A imaturidade dos nossos juízes administradores (Presidentes de Tribunais e Diretores de Foro), dificulta a continuidade administrativa imprescindível em termos de projeto integrado, duradouro e estrutural.

Revista: Fala-se em reduzir o número de recursos previstos em lei, com vista ao desafogamento do Judiciário. A medida é realmente necessária?

Ministra Eliana Calmon: Engrosso o coro de vozes que clamam por sistema recursal eficaz, na certeza de que o existente não atende às necessidades dos jurisdicionados. A exacerbada preocupação com a ampla defesa e com o acesso à justiça acabou produzindo um efeito contrário ao objeto das preocupações dos juristas.

O sistema recursal posto é, em verdade, uma desqualificação para o magistrado de primeiro grau, que é perseguido, no curso de todo o processo com os agravos

de instrumento. Ao final de um processo de conhecimento, se não for ele paralisado por uma liminar, chega-se à sentença de mérito atropelada por um sem-número de agravos. No sistema recursal brasileiro parece que o agravo só serve para atrapalhar, suspender, procrastinar, sem resolver praticamente nada.

Além do agravo de instrumento interposto das decisões interlocutórias, com efeito suspensivo e suspensivo ativo, o agravo de instrumento para fazer subir o extraordinário e/ou especial é outro absurdo, merecendo enxugamento.

Quero ainda registrar que a utilização indiscriminada dos recursos extraordinários e especiais faz com que fiquem pelo caminho, por imposições procedimentais criadas para desafogar os tribunais superiores, recursos com questões jurídicas relevantes. Daí a idéia que hoje está na Justiça do Trabalho e que deixa a magistratura, mais uma vez, sob o signo da subjetividade dos julgadores. Refiro-me à transcendência.

Enfim, precisamos com urgência rever todo o sistema recursal, com uma visão macro do sistema.

Revista: Estatísticas já amplamente divulgadas noticiam que, no Brasil, o Judiciário é desproporcionalmente reduzido em comparação à grandeza populacional. Existe alguma possibilidade de aumentarem-se os quadros da Magistratura?

Ministra Eliana Calmon: Sou um pouco incrédula quanto às estatísticas. Não aprecio a comparação que se faz entre Brasil e países estrangeiros, pretendendo-se estabelecer

uma equação entre número de habitantes e número de juízes.

O problema não está em números, principalmente porque o Judiciário Brasileiro está inchado com demandas diversas para solucionar uma só controvérsia. Essa realidade retratada estatisticamente é dramática. Recentemente recebi uma cautelar para dar efeito suspensivo a um recurso especial. Debruçando-me sobre os fatos encontrei a seguinte deformação: na base havia uma só controvérsia – a empresa entendia que lhe estava sendo cobrado ICMS em valor superior ao devido e decidiu ingressar com uma ação declaratória e com uma cautelar de depósito parcial. Isso virou uma bola de neve, pois com a chegada da cautelar ao STJ, tinham sido ajuizadas e interpostas 15 ações e recursos.

Só poderemos saber a real diminuição do Poder Judiciário útil, no momento em que tivermos na Justiça um processo para cada conflito. Se assim não for, construiremos prédios e mais prédios, tribunais e mais tribunais, juizados e mais juizados, cada vez mais fragilizados pelo gigantismo do poder, cada vez mais descontrolados por falta de uma base de sustentação eficiente e o que é pior, cada vez mais desmoralizados pela falta de respostas rápidas e eficientes.

Revista: Que outras medidas têm sido cogitadas com o objetivo de agilizar-se a prestação jurisdicional?

Ministra Eliana Calmon: Como já coloquei, a grande obsessão no Brasil é pela ampliação do Poder Judiciário, mantendo-se a mesma estrutura do Poder e o mesmo sistema recursal, o que não adiantará em nada. Entendo imperiosa uma reforma básica, a partir do Supremo Tribunal Federal que deve ser realmente transformado em Corte Constitucional; ampliação do Superior Tribunal de Justiça, vocacionalmente amplo como Corte de cassação; fortalecimento da magistratura de primeiro grau, com a formação adequada dos jovens magistrados que ingressam na carreira, atuação com independência relativa em um primeiro momento para, após um interstício razoável outorgar-lhes a jurisdição plena; reestruturação dos tribunais de apelação, retirando dos julgadores as funções administrativas e políticas, para deixá-los apenas com a atividade judicante. Se até agora aumentar o número de juízes não deu certo, e a prova maior está no rápido crescimento da Justiça Federal, já é hora de mudarmos a ótica na condução das medidas adequadas.